



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.007920/2021-47

POLÍCIA FEDERAL
(Processo Administrativo nº 08200.007920/2021-47)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para aquisição de 5.899 coletes velados para atender a demanda dos setores de inteligência, investigação, assuntos internos, segurança de dignitários, os novos policiais que estão ingressando nesse ano de 2021, sob a vigência do [Edital Nº 1 – DGP/PF, DE 15 DE JANEIRO DE 2021](#) e para uma reserva técnica da DLOG/PF para fins de suprimento emergencial aos servidores e para fins de avaliações, testes e estudos desta Diretoria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
01	Solução de Colete Balístico de Uso Velado, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte).	398266	Unidade	10.205	R\$ 4.101,08

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e Órgãos e Entidades participantes:

<i>Órgão Gerenciador:</i>					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
01	Solução de Colete Balístico de Uso Velado, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte).	Unidade	0	5.899	5.899

Órgão Participante - UASG	Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (UASG 926016)	01	Solução de Colete Balístico de Uso Velado, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte).	Unidade	0	2000	2000

Órgão Participante - UASG	Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (UASG 200109)	01	Solução de Colete Balístico de Uso Velado, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte).	Unidade	0	1556	1556

Órgão Participante - UASG	Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FESP/RR (UASG 927916)	01	Solução de Colete Balístico de Uso Velado, Nível III-A (Capas, Painéis e Bolsas de Transporte).	Unidade	0	750	750

1.3. Não serão distribuídas cotas para EPP/ME pois, em conformidade com Inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, no que diz respeito ao ponto fundamental que é a manutenção da uniformidade dos coletes velados, pois que essa padronização, atributo que garante a reconhecibilidade e pronta utilização em situação de socorro com risco de vida dos operadores, sendo prejudicada quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

1.3.1. Assevera essa questão, o art. 15, I, da Lei nº 8.666/93.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.5. O critério de adjudicação será o "menor preço do item", face a necessidade do fornecimento dos coletes ser por uma única empresa, já que haveria risco de perda de padronização caso várias empresas produzissem cada um dos tamanhos de coletes separadamente. Também haveria risco à perda de economia de escala, em razão do quantitativo reduzido que cada um dos tamanhos representa em relação ao quantitativo total.

1.6. Quanto à produção de painéis, capas e bolsas, estas serão realizadas em conjunto, tendo em vista que separadamente, haveria o risco de se incorrer em incompatibilidade nos tamanhos produzidos, fato possível durante o processo de fabricação destes componentes, o que poderia frustrar a compra.

1.7. As empresas licitantes estrangeiras deverão computar o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - CIP (*Carriage and Insurance Paid To...*) - Academia Nacional de Polícia - Endereço: Rodovia DF 001 KM – 02, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte, CEP: 71559-900, Brasília – DF, Brasil.

1.8. Os respectivos tamanhos apresentados servem como referência, tendo-se como parâmetro a geometria dos painéis balísticos dos coletes apresentados nas Especificações Técnicas deste Termo de Referência, sendo que as medidas de cada policial serão encaminhadas pela contratante, conforme base de dados das medidas dos policiais, para a empresa vencedora quando da emissão da Ordem de Fornecimento.

1.9. Sugere-se a adoção de no mínimo 08 (oito) tamanhos para fins da compatibilização do item supra.

1.10. Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no Art. 48, III da [LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006](#), alterada pela [LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014](#), tendo em vista que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no Art. 49, II, da referida Lei Complementar cc Art. 10, I, do [DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015](#).

1.11. A empresa fornecedora deverá cumprir todas as exigências legais brasileiras, bem como o atendimento dos padrões de segurança e qualidade do objeto mediante a norma norte-americana - [NIJ STANDARD 0101.06 - Nacional Institute of Justice](#), dos Estados Unidos da América.

1.12. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis na forma do Art. 57, §1º, da [LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993](#).

2. DA ADOÇÃO AO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O sistema adotado será o de Registro de Preços com base nos incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

2.2. Após a primeira entrega a ser feita de 3500 coletes velados (como descrito no item 8 deste Termo de Referência), as aquisições serão feitas de forma gradativa a depender da necessidade do Órgão Gerenciador, conforme inciso II do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto, de n. 9.488/18.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da [CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988](#), e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, e destina-se a:

- 3.1.1. apurar infrações penais contra a ordem política e social;
- 3.1.2. apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
- 3.1.3. apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- 3.1.4. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- 3.1.5. prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- 3.1.6. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e
- 3.1.7. exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

3.2. Atualmente, a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa necessariamente por medidas que possibilitem ao policial estar devidamente equipado e identificado, de forma padronizada, para atuar de forma similar em todo o território nacional.

3.3. A utilização de coletes balísticos reduz o perigo de morte nas missões, colaborando diretamente para a segurança e para o sucesso da ação. Cabe ressaltar que o uso de equipamentos adequados e preocupação com a segurança mostra à população referências positivas acerca das operações desencadeadas pela instituição, sendo, por conseguinte, preponderante para o sucesso de suas atribuições legais e para o reforço da imagem do Estado Brasileiro perante o cidadão.

3.4. Além da segurança dos policiais, a utilização dos coletes em operação, muitas delas com lapsos temporais contínuos e longos, deve proporcionar o bem estar mínimo do policial federal no cumprimento de seu dever funcional, devendo prever a tecnologia necessária para mitigar o desconforto térmico, facilitar a mobilidade e não dificultar a utilização pelo excesso de peso.

3.5. Para que a Polícia Federal esteja apta a cumprir as suas missões institucionais, é imprescindível que ela esteja devidamente constituída de recursos humanos treinados e bem equipados. Um equipamento completo, eficiente e de qualidade, significa não só o êxito da missão, como também a proteção da vida do policial.

3.6. Nas diversas operações realizadas pela Polícia Federal, os policiais frequentemente enfrentam situações em que há risco real de morte, sendo o colete balístico o principal equipamento de proteção e segurança individual, uma vez que protege os órgãos vitais do seu usuário.

3.7. As duas últimas compras de coletes balísticos realizadas pela Polícia Federal se deram nos anos de 2014 (coletes femininos), Processo 08200007979/2013-25, contrato Nº 29/2014 – COAD/DLOG, e 2016 (coletes masculinos), Processo 08200.005885/2016-64, contrato Nº 45/2016-COAD/DLOG, sendo ambas relativas ao nível III-A.

3.8. Em relação ao nível de proteção, tal escolha reflete inclusive a necessidade que a proteção balística seja condizente com o calibre utilizado pela Polícia Federal, qual seja, o 9x19mm Luger +P+. Assim, não seria lógico que se escolhesse um colete balístico que não suportasse disparos com mesma a energia do armamento utilizado pelo Órgão. Ademais, diante da liberação de calibres, cuja legislação anterior considerava de uso restrito, a proteção de nível III-A se mostra imperiosa, a fim de dirimir os riscos da atividade policial.

3.9. Em relação à usabilidade do colete, cabe trazer à baila que no ano de 2014 foram adquiridos coletes femininos com bojo. A questão do bojo em coletes balísticos femininos vem sendo estudada há alguns anos por organismos de segurança pública, acadêmicos e fabricantes de diversas partes do mundo. Pesquisas realizadas pela Divisão de Planejamento e Controle - DPC/CGPLAM/DLOG/PF junto às policiais mostraram um percentual equitativo em relação ao grau de satisfação e insatisfação desse público. A insatisfação advém de uma maior rigidez da proteção balística, dificultando a movimentação e a desenvoltura para as atividades policiais da policial. Uma customização perfeita de um colete com bojo adaptado ao seu tamanho e compleições corporais com equipamentos específicos geraria um custo altíssimo para a Administração Pública, de acordo com levantamentos que foram realizados em reuniões feitas pela Divisão com fornecedores nacionais e internacionais. Nesse sentido, optou-se por um colete sem bojo e que preze pela qualidade em termos de flexibilidade, leveza e uma maior segurança das policiais.

3.10. Em relação ao efetivo policial masculino, observou-se, na prática, que coletes são igualmente desconfortáveis, pouco flexíveis, pesados e que geram sensações térmicas inadequadas; são, por isso, “encostados” ou esquecidos pelos servidores. Não é difícil observar policiais federais iniciarem as operações utilizando os coletes e terminarem com os mesmos guardados dentro do porta-malas de viaturas.

3.11. Destarte, o desafio atual e que se apresenta a respeito da aquisição de coletes deve-se levar em consideração aspectos climáticos de um país continental, violência que se apresenta na sociedade, conforto do operador de segurança (peso e flexibilidade do colete), segurança/proteção oferecida pelo equipamento (área de proteção x mobilidade), resistência e durabilidade (economicidade), garantia, possibilidades de utilização (ambientes apropriados), entre outros.

3.12. Ressalte-se que a aquisição de coletes velados tem por um de seus fundamentos o Relatório SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF (17148235). O citado documento é parte de uma pesquisa e análise pioneira dentro do órgão e reflete a continuidade de estudos e adequação aos avanços tecnológicos e às casuísticas da Polícia Federal. Tendo em vista a necessidade de modernização dos equipamentos de segurança utilizados pelos policiais federais, em especial pelo

crescente aumento do poderio bélico e de organizações criminosas no Brasil, a Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial - DPC, juntamente com outros setores técnicos da Polícia Federal, mantém contínuos estudos em diversos temas ligados ao desempenho das atividades policiais.

3.13. Como fonte de informações para os referidos estudos, entre outros, foram realizadas visitas a feiras e exposições nacionais e internacionais de equipamentos de defesa e segurança pública. A exemplo, verificou-se em visita técnica, por equipe da DPC em junho/2018 ([Eurosatory](#)) e em março/2019 ([IWA Outdoor Classics](#)), a existência de coletes balísticos mais leves, flexíveis e com prazos de garantia que podem se estender a até 10 anos, sendo que os prazos oferecidos usualmente pelas empresas brasileiras são de apenas 5 anos. Este dado pode se traduzir em economia nas compras da administração na medida em que o custo da unidade adquirida, mesmo que um pouco maior, pode ser dividido por um período muito maior de utilização.

3.14. Também, conforme visita, por equipe da DPC em abril/2019 ([LAAD](#)), verificou-se que o mercado nacional vem trabalhando na modernização dos coletes, tanto na norma relativa aos testes balísticos (migração da norma do [National Institute of Justice](#) dos Estados Unidos - NIJ, da 0101.04 para 0101.06), como na qualidade dos produtos (capa externa e painéis balísticos). De outro modo, percebeu-se durante visita ao evento que o mercado internacional possui uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer, pelo menos tecnicamente, coletes leves, com densidade de área de 3,9 kg/m², bem como coletes relativamente flexíveis, conforme consta no RELATÓRIO DE MISSÃO POLICIAL Nº 05/2019 (Relatório de Prospecção nº 10553965).

3.15. Somados a isso, está em vigor o Concurso Público para provimento de cargos policiais, este regido pelo [Edital Nº 1 – DGP/PF, DE 15 DE JANEIRO DE 2021](#). O referido edital prevê o quantitativo de 1.500 novos policiais. Ocorre, porém, uma expectativa de a gestão superior do órgão nomear número maior ao elencado inicialmente. A previsão majorada foi relacionada no Documento de Formalização de Demanda, em virtude de consulta feita por intermédio do processo SEI 08200.004962/2021-26. Nesse diapasão, contar-se-á com 500 candidatos excedentes ao concurso, somados com previsão de chamada de 546 candidatos *Sub Judge*.

3.16. O Relatório SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF (17148235) traz estudos de análise de amostras de coletes velados que refletem a ideia de conforto necessário, bem como a proteção balística requerida. O documento afirma que, para tanto, foi elaborado questionário (14405210) e regras de análise (14930528), (14931051), onde servidores da Polícia Federal utilizaram as amostras por um certo período e responderam os questionários, cujas respostas seguem a aplicação da escala de Likert.

3.17. A Polícia Federal, até o presente momento, nunca adquiriu coletes velados (dissimulados ou discretos), apesar de grande parte das suas diligências dispensarem a ostensividade, funções típicas da Polícia Judiciária em si. Isso, devido a uma gama de atividades desempenhadas pelo policial serem realizadas à paisana, sob os moldes investigativos e protetivos, ocorrendo principalmente antes e/ou durante da deflagração de uma Operação Policial. Como exemplo maior, tem-se as atividades de inteligência policial, contra-inteligência policial, investigação de assuntos internos, infiltrações, segurança de dignitários, investigações sensíveis, diligências externas descaracterizadas, entrega de intimações, fiscalização de agências bancárias, de produtos químicos, de portos e aeroportos, realização de exames periciais em campo, ou qualquer outra atividade descaracterizada de natureza externa. Desse modo, entende-se que todos os policiais federais em atividade têm a necessidade de uso do colete velado.

3.18. Diante do exposto considera-se necessária e urgente a aquisição de coletes balísticos de uso velado para os policiais federais tendo em vista, principalmente, as atividades de risco a qual o policial é submetido nos trabalhos protetivos e investigativos, realizados de forma discreta.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos dada Lei 10.520/2002, bem como nos termos do Decreto nº 10.024/2019, com características e especificações usuais no mercado.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, em conformidade com as disposições da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente ao disposto no art. 5º.

7. DA ADOÇÃO A LICITAÇÃO INTERNACIONAL

7.1. A utilização de coletes balísticos de uso velado no cumprimento de operações realizadas à paisana, sob os moldes investigativos e protetivos, ocorrendo principalmente antes e/ou durante da deflagração de uma Operação Policial é de fundamental importância para o aumento da segurança dos policiais federais no desempenho de suas atribuições.

7.2. A situação de crise na segurança pública do Brasil é amplamente noticiada, alcançando índices de mortes superiores a países em guerra. Neste sentido é dever dos operadores de segurança a utilização de todos os equipamentos disponíveis que possam minimizar as chances de sofrerem traumas, lesões corporais ou perderem suas vidas em ações para o cumprimento das missões institucionais.

7.3. Verifica-se que o mercado nacional vem trabalhando na modernização de coletes balísticos, tanto na atualização da norma relativa aos testes balísticos (migração da norma do [National Institute of Justice](#) dos Estados Unidos - NIJ, da 0101.04 para 0101.06), quanto na qualidade dos seus produtos (capa externa e painéis balísticos).

7.4. No entanto, a fim de ampliar a competitividade das empresas fornecedoras e tendo em vista a necessidade de a Polícia Federal comprar coletes balísticos de uso velado para as missões investigativas e confidenciais das quais os policiais estão submetidos, optou-se pela adoção da licitação internacional por configurar-se em uma alternativa em que o mercado de produtores de coletes balísticos certificados pela NIJ Standard 0101.06 é amplo, com possibilidades técnicas de fornecer coletes com painéis mais leves e flexíveis para o uso discreto.

7.5. Adicionalmente, a ampliação do mercado fornecedor na licitação internacional também é uma forma de minimizar os custos para a Administração Pública, principalmente no atual cenário de crise social, econômica e política vivenciado pela sociedade brasileira. Constata-se a necessidade de otimização dos recursos financeiros, objetivando a aquisição de bens e produtos de qualidade, com menor custo. Nessa lógica, a licitação internacional é um procedimento em que a administração poderá adquirir um produto de qualidade de acordo com as especificações solicitadas no objeto deste Termo de Referência e com a possibilidade de um maior número de empresas e/ou representantes participarem do certame (ampliação da concorrência), resultando assim uma maior economia para o erário público.

7.6. Importante frisar que a adoção de pregão internacional trará as seguintes vantagens:

7.6.1. A possibilidade de se adquirir equipamento de proteção balística e de uso velado com níveis de proteção e qualidade mais avançados, a preços competitivos, visando a segurança do policial federal;

7.6.2. Possibilidade de redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior, excluindo a margem de lucro de empresas importadoras; e

7.6.3. Aumento da competitividade do certame, tendo em vista a possibilidade de participação de um número maior de empresas.

7.6.4. Ainda, o pregão internacional não exclui os participantes nacionais ou os com representação no Brasil.

7.6.5. Nessa lógica, por conveniência e oportunidade, opta-se pela realização do pregão internacional.

7.7. Justifica-se a adoção de pregão internacional, nos termos do art. 42 da Lei nº 8.666, de 21 de janeiro de 1993, para aquisição do objeto do presente Termo de Referência.

8. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E MARGEM DE PREFERÊNCIA

DOS DOCUMENTOS

8.1. O licitante classificado em primeiro lugar no certame deverá apresentar o(s) seguinte(s) documento(s):

8.1.1. Atestado de capacidade técnica comprovando-se o fornecimento de no mínimo **25%** do total do quantitativo do objeto atendendo, o nível de proteção balística III-A e que seja compatível com os demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

8.1.1.1. Para a comprovação da capacidade técnica deste item será aceita a soma de atestados, desde que cada um dos atestados atenda às características mínimas descritas, visando assegurar capacidade de produção e fornecimento do material pelo fabricante.

8.2. O licitante deverá comprovar correspondência entre a matéria-prima do modelo de colete ofertado e o que consta no Título de Registro do fabricante dos coletes ou na Certificação NIJ 0101.06, por meio de declaração do produtor e/ou fornecedor do material balístico usado na fabricação dos painéis balísticos.

8.3. Não haverá margem de preferência para empresas brasileiras em relação às estrangeiras, por falta de regulamentação vigente relativa ao tema, em relação ao produto Coletes Balísticos.

8.4. As empresas estrangeiras com representação legal no Brasil deverão possuir poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente de acordo com o o Art. 32, §4º e Art. 15 da Lei 8.666/93 em que as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, tanto quanto possíveis, observado o disposto na Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada pelo DECRETO Nº 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016. A documentação será verificada pelo pregoeiro na fase de habilitação, conforme dispõe a legislação, assim como poderão ser realizadas diligências para averiguação.

8.4.1. A representação comercial autônoma de Produtos Controlados pelo Exército deve observar o disposto na Portaria Nº 56 - COLOG, de 5 de junho de 2017 e na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965.

8.5. Todos os produtos que são controlados pelo Exército Brasileiro, no que diz respeito à fabricação, utilização, importação, desembaraço, tráfego, comércio e representação comercial devem obedecer a legislação vigente (Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados).

8.5.1. No caso de importação, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CI e Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro.

8.6. Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, relativo à solução balística em questão e/ou publicação em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html".

DAS AMOSTRAS

8.7. A Equipe da Divisão de Planejamento e Controle receberá as amostras, em consonância com a norma ABNT NBR 5426 - planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos.

8.8. A empresa vencedora deverá apresentar 04 (quatro) amostras de coletes de tamanhos diferentes, juntamente com um vídeo instrucional para ilustrar a forma de vestimento dos coletes balísticos apresentados (em mídia) e documento especificando as medidas dos usuários a que se destinam, compatíveis com os seguintes tamanhos:

- 01 (uma) amostra tamanho PP;
- 01 (uma) amostra tamanho P;
- 01 (uma) amostra tamanho M e
- 01 (uma) amostra tamanho G.

8.9. As amostras deverão ser encaminhadas no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, na Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial- DPC/CGPLAM/DLOG/PF - Edifício Sede da Polícia Federal, Setor de Autarquias Sul, 10º andar, sala 1012, em Brasília/DF. Os casos fortuitos e/ou força maior serão analisados pela Administração.

8.10. Posteriormente ao prazo de entrega da amostra, será agendada e informada em sessão a data para realização dos testes previstos pela equipe da Divisão de Planejamento e Controle- DPC/CGPLAM/DLOG/PF.

8.11. Os critérios de avaliação das amostras levará em conta fatores acerca dos aspectos e padrões mínimos de qualidade, consistindo em 02 (dois) testes, descritos nos Anexos I e III :

8.11.1. Aferição do peso e espessura das amostras dos coletes;

8.11.2. Testes de Usabilidade:

- Ajuste do Colete ao Corpo: verificar o ajuste do colete velado ao corpo do policial federal ao permanecer de pé ou sentado - Teste Tipo A;
- Testes de Funcionalidade: verificar a capacidade de o policial federal realizar tarefas típicas de atividades policiais veladas sem restrição de amplitude articular quando estiver trajando o colete balístico - Teste Tipo B.

8.12. A aferição do peso e espessura das amostras dos coletes serão conduzidas por equipe da Divisão de Planejamento e Controle com o apoio do Instituto Nacional de Criminologia- INC/PF.

8.13. Os Testes de Usabilidade serão conduzidos por equipe de professores da Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF.

8.14. Os demais licitantes poderão acompanhar os testes nas amostras descritos acima, salvo impedimento de força maior, ou por razões de segurança sanitária devidamente publicizados pela Administração Pública.

8.15. As amostras deverão dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, modelo, tamanho, prazo de validade, marca, número de referência, código do produto; nível de proteção, norma de conformidade, lote e instruções de uso, manuseio e conservação. Serão observadas antes dos testes as dimensões corpóreas indicadas para cada tamanho fornecido e o vídeo instrucional visando a vestimenta correta das amostras dos coletes velados nos usuários que irão realizar os testes tipo A e B.

8.16. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, receber cortes, seções ou vincos, visando registrar dados que permitam avaliar que o mesmo produto testado será aquele fornecido pelo fabricante.

8.17. As amostras fornecidas pelos licitante não serão devolvidas, caso a empresa venha a assinar o contrato. Elas ficarão retidas pela PF para fins comparativos com o objeto quando do recebimento provisório.

8.18. Tanto para a análise dos documentos técnicos, para a aferição do peso e espessura das amostras; quanto para os testes tipo A e B nas amostras dos coletes balísticos velados, será emitido um Parecer pela equipe da Divisão de Planejamento e Controle- DPC/CGPLAM/DLOG/PF resultando em : (1) Aprovação, (2) Com pendências/ressalvas ou (3) Reprovação.

8.19. Não será aceita a proposta do licitante reprovado em algum dos testes ou que não apresentar as amostras em cada um dos tamanhos discriminados.

8.20. Em caso de aprovação em todas as etapas prévias (Análise dos documentos técnicos, aferição do peso e espessura; e Testes Tipo "A" e "B"), a equipe da DPC/CGPLAM/DLOG/PF emitirá um Relatório Final para Comissão de Licitação. O relatório final poderá possuir ressalvas em relação a itens que dizem respeito à mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto aos fatores de análise documental, peso e espessura; testes tipos A e B). A correção das ressalvas e ajustes serão verificados quando do recebimento provisório.

8.21. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Termo de Referência.

8.22. Os casos omissos serão avaliados no âmbito da comissão de licitação, a qual eventualmente poderá realizar diligências destinadas a verificar se o documento apresentado de fato é equivalente ao produzido no Brasil. Alguns países podem inclusive não dispor de documento que seja equivalente ao apresentado pelo licitante brasileiro.

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 9.1. Em até 30 (trinta) dias após a assinatura contratual, requisitará a Contratante à Contratada o envio de Protótipo do material a ser adquirido para aprovação ou reprovação.
- 9.2. Após a citada demanda, disposta no item anterior, a Contratada deverá enviar Protótipo à Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de requisição, na cidade de Brasília - DF, em local a ser definido pelo órgão, sob sua total responsabilidade em dia de expediente, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00 ou no Aeroporto Internacional de Brasília, a depender da forma de desembaraço aduaneiro dos bens (no caso de compra internacional).
- 9.3. No prazo de 15 (quinze) dias, Comissão designada pela autoridade competente procederá análise de Protótipo, mediante critérios objetivos dispostos no Anexo I deste Termo de Referência, para posterior aprovação ou reprovação.
- 9.4. Todos os atos referentes à citada análise serão juntados ao processo administrativo SEI - PF nº 08200.007920/2021-47.
- 9.5. Após aprovação de Protótipo, a Contratante enviará à Contratada grade de tamanhos a serem confeccionados. Os quantitativos por tamanho serão definidos de acordo com Ordens de Fornecimento emitidas pela PF durante o período de vigência contratual, sendo que as ordens de fornecimento conterão detalhamento do gênero, das medidas antropométricas dos policiais, por meio da disponibilização de base de dados de medidas antropométricas da Polícia Federal. A contratada fornecerá grade de tamanhos equivalentes às medidas fornecidas, bem como as demais informações pertinentes à fabricação e entrega do objeto, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 9.6. Após a entrega de grade de tamanhos e mediante requisição da Contratante, a Contratada deverá entregar a totalidade do material contratado em até 100 (cem) dias.
- 9.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias úteis da entrega do material, por Comissão de Recebimento designada para tal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 9.8. A Comissão de Recebimento poderá realizar de testes laboratoriais para verificar a conformidade das especificações do ANEXO I, bem como para fins comparativos com as amostras que foram utilizadas para os testes de aceitação da proposta na fase de licitação. Para realização dos testes, serão selecionadas 10 (dez) amostras, sendo pelo 08 (oito) tamanhos diferentes.
- 9.9. As amostras selecionadas para teste e separadas serão embaladas, lacradas, rubricadas pelo representante da Contratante e da Contratada e coletadas pela Comissão de Recebimento. As amostras serão consideradas no computo dos materiais fornecidos para fins de recebimento definitivo e pagamento.
- 9.10. A Contratada não se obriga a repor os materiais danificados em decorrência das análises.
- 9.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas.
- 9.11.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.12. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, estar devidamente embalados, separados por tamanho, conforme ordem de fornecimento e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.
- 9.13. O material deve ser entregue lacrado, em sua embalagem original, contendo marca, fabricante, procedência e prazo de validade.
- 9.14. A entrega do material fica condicionada a entrega, ou envio por e-mail, de vídeo instrucional contendo a forma de vestir coletes balísticos de uso velado para policiais federais.
- 9.15. A licitante vencedora obriga-se a entregar o material, a que se refere este Termo de Referência, de acordo estritamente com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatado, pela Administração, não estar em conformidade com as referidas especificações.
- 9.16. O recebimento definitivo será emitido em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento provisório dos bens, pela Equipe de Recebimento, após verificadas a conformidade dos materiais entregues.
- 9.17. Caberá ao fiscal do contrato ou seu substituto rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.
- 9.18. A Equipe de Recebimento, formada por pelo menos 03 (três) servidores, e seus respectivos substitutos, será nomeada pelo Diretor de Administração e Logística Policial ou pessoa outorgada para tanto.
- 9.19. A Equipe de Fiscalização do Contrato (que não se confunde com a Equipe de Recebimento), e seus respectivos substitutos, será nomeada pelo Diretor de Administração e Logística Policial ou pessoa outorgada para tanto.
- 9.20. A empresa que não cumprir os prazos estipulados sofrerá as sanções previstas na Lei 8.666/93, neste Termo de Referência e no Edital.
- 9.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 9.22. A presença da fiscalização ou de representante da Polícia Federal não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.
- 9.23. Abaixo, segue o cronograma com a indicação de responsáveis proposto e prazo máximo para realização do ato:

Etapas	Descrição	Responsável	Prazo Máximo em Dias
A	Envio do Documentos	Contratada	A depender do pregoeiro (SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF)
B	Análise e Parecer dos documentos	Contratante	Em até 10 dias úteis
C	Envio de Amostras	Contratada	Em até 10 dias úteis após a aprovação da análise documental
D	Medição das espessuras e Peso das Amostras	Contratante	em até 10 dias do recebimento do protótipo
E	Análise e Parecer das Espessuras e Peso das Amostras	Contratante	em até 7 dias úteis
F	Teste de usabilidade	Contratante	em até 15 dias úteis
G	Análise e Parecer do Teste de usabilidade	Contratante	em até 7 dias úteis
H	Relatório Final	Contratante	em até 5 dias úteis
I	Assinatura do Contrato	Contratante/Contratado	em até 30 dias da assinatura da Ata
J	Entrega do objeto	Contratada	em até 120 dias da assinatura do contrato
K	Recebimento Provisório	Contratante	Em até 30 dias úteis do recebimento do objeto

L	Recebimento Definitivo	Contratante	Em até 15 dias úteis do recebimento provisório
---	------------------------	-------------	--

9.24. Das condições específicas para Contratada estrangeira:

9.24.1. O **INCOTERM** a ser utilizado na importação será o **DPU – Delivered At Place Unloaded**. O objeto deverá ser entregue na cidade de Brasília - DF, em local a ser definido pelo Órgão, sob sua total responsabilidade em dia de expediente, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00 ou no Aeroporto Internacional de Brasília, a depender da forma de desembaraço aduaneiro dos bens (compra internacional).

9.24.2. O transporte da carga será feito, preferencialmente, por via aérea;

9.24.3. Preferencialmente, o embarque da carga será realizado de forma consolidada.

9.24.4. Enviar à Contratante, via e-mail a ser fornecido oportunamente, com 03 (três) dias úteis de antecedência do embarque do produto, cópia dos documentos de embarque (por exemplo: AWB, *Commercial Invoice* e *Packing List*), com todos os detalhes, tais como: descrição e quantidade da mercadoria, data e hora de chegada, número do Conhecimento de Carga (por exemplo: AWB), número de volumes, peso bruto e líquido, valor do frete internacional e valor DPU (*Delivered At Place Unloaded*).

9.24.5. O material/produto objeto deste contrato virá acompanhado com os seguintes documentos por ocasião do embarque e/ou entrega:

9.24.5.1. Fatura Proforma ou *Proforma Invoice*;

9.24.5.2. Fatura Comercial e/ou “*Commercial Invoice*” original e assinada de próprio punho.

9.24.5.3. São dados essenciais na fatura comercial:

8.21.5.3.1. Dados completos do Importador;

8.21.5.3.2. Dados completos do Exportador;

8.21.5.3.3. *Consignee*;

8.21.5.3.4. *Notify*;

8.21.5.3.5. Número da fatura comercial;

8.21.5.3.6. Data da emissão;

8.21.5.3.7. Condição de pagamento;

8.21.5.3.8. Local de embarque na origem e local de desembarque no destino;

8.21.5.3.9. Modal de transporte;

8.21.5.3.10. País de origem / aquisição e procedência;

8.21.5.3.11. Quantidade e espécie de volumes;

8.21.5.3.12. Descrição completa da mercadoria;

8.21.5.3.13. *Inconterm*;

8.21.5.3.14. Cubagem;

8.21.5.3.15. Peso líquido;

8.21.5.3.16. Peso bruto;

8.21.5.3.17. Valor unitário e total de cada item descrito na fatura;

8.21.5.3.18. Frete e demais despesas, se houver (de acordo com o *Incoterm* escolhido: DPU – *Delivered At Place Unloaded*);

8.21.5.3.19. Moeda da negociação.

9.24.5.4. Via “original 2” (digitalização colorida) do Conhecimento de Carga;

9.24.5.5. Lista de Embalagem ou “*Packing List*”.

9.24.5.6. Deverá constar no Conhecimento de Carga, *Commercial Invoice* e *Packing List* o seguinte destinatário, cujo link da localização consta do QRCode abaixo: *Multibrasil Corporate - Polícia Federal - Setor Comercial Norte Q. 4 - Asa Norte, Brasília - DF, 70297-400* (<https://goo.gl/maps/A5rCAMEEwNYzd6NF7>)



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.6. designar despachante aduaneiro ou comissão para atuar no desembarce aduaneiro da importação;

10.1.7. não praticar atos para ingerência na administração da empresa contratada, especialmente quanto a direcionamento de escolha de possíveis trabalhadores;

10.1.8. para contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, não praticar atos tendentes a gerar vínculo empregatício entre os empregados da empresa contratada e o Ministério, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, atentando-se às vedações explícitas no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017; e

10.1.9. notificar a empresa contratada, por escrito, sobre desvios de conduta, irregularidades, fraudes ou atos ilícitos, praticados na execução do contrato.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.1.2. A Contratada deverá elaborar e entregar vídeo explicativo sobre a forma de como vestir e adequar o equipamento à silhueta do operador, bem como a retirada adequada do material.

11.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

11.2. Com fito de realizar implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos termos da Portaria-MJSP nº 513, de 15 de setembro de 2020, a CONTRATADA deverá:

11.2.1. estabelecer normas gerais de integridade:

11.2.1.1. em até 6 (seis) meses para contratos de até 12 (doze) meses; e

11.2.1.2. em até 9 (nove) meses para contratos de mais de 12 (doze) meses;

11.2.2. orientar seus empregados alocados para a execução do contrato sobre as normas de integridade e a indispensabilidade de seu cumprimento;

11.2.3. adotar práticas de governança e gestão capazes de identificar e mitigar desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, de acordo com as normas de integridade previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015;

11.2.4. relatar ao órgão contratante, por escrito, qualquer descumprimento das normas de integridade praticado por agentes públicos com os quais mantenha contato em decorrência da execução do contrato;

11.2.5. substituir com prestação qualquer profissional que tenha cometido desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, conforme observado e notificado pelo agente público competente;

11.2.6. apresentar, no momento da celebração do contrato, Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, em que é assumido o compromisso de não utilizar, na execução do contrato, mão de obra que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

11.2.7. apresentar à equipe de fiscalização do contrato, juntamente com o rol de documentos obrigatórios do empregado alocado para a execução do contrato, Termo de Ciência e Concordância, devidamente assinado pelo empregado, conforme modelo constante no anexo a esta Portaria; e

11.2.8. encaminhar à equipe de fiscalização do contrato, observados os prazos estabelecidos na alínea "a", documentação que evidencie, em alinhamento com os parâmetros do Capítulo IV do Decreto nº 8.420, de 2015, a realização das seguintes ações e atividades:

11.2.8.1. promoção e participação em reuniões, apresentações, palestras e quaisquer outros eventos de natureza semelhante que evidenciam o comprometimento da alta direção da empresa em temas relacionados à integridade;

11.2.8.2. mapeamento dos riscos de integridade e estabelecimento de ações mitigadoras, revisadas periodicamente;

11.2.8.3. canal de denúncia, aberto e amplamente divulgado, com garantia do devido sigilo ao denunciante;

11.2.8.4. código de ética ou de conduta aplicável a todos os dirigentes, administradores e empregados, independente de cargo, emprego, posto ou função exercidos;

11.2.8.5. treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade, que envolvam as vedações incidentes na relação público-privada;

11.2.8.6. promoção de campanhas para divulgar os princípios e valores que regem a empresa contratada e o serviço público, bem como outros temas sobre integridade e combate a desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;

11.2.8.7. adoção de medidas disciplinares, em caso de violação do Programa de Integridade, e de procedimentos e determinações que assegurem a pronta interrupção da tentativa ou da prática de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;

11.2.8.8. monitoramento contínuo do Programa de Integridade, com objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de prevenção de atos lesivos, bem como sua detecção e combate; e

11.2.8.9. encaminhamento semestral de relatório da execução do Programa de Integridade à equipe de fiscalização do contrato; e

11.2.9. cumprir e exigir que os empregados alocados para a execução do contrato nas repartições administrativas cumpram, no que couber, as regras estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

11.2.10. A implantação ou a adequação do Programa de Integridade poderá ser comprovada por qualquer documento hábil a ser encaminhado à equipe de fiscalização do contrato, preferencialmente, em meio digital.

11.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO PAGAMENTO**15.1. Do pagamento para empresas que apresentarem propostas em Real:**

15.1.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.1.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.1.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.1.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.1.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.1.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.1.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.1.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.1.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.1.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.1.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.1.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.1.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.1.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.1.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad ; \quad I = 0,06/365 \quad ; \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15.2. Do pagamento para empresas que apresentarem propostas em moeda estrangeira:

15.2.1. O pagamento para empresas que apresentarem propostas em moeda estrangeira será postecipado. Assim o pagamento de cada parcela, será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega do produto conforme o Termo de Referência, mediante a apresentação dos documentos que comprovem o respectivo fornecimento (por exemplo: AWB, Invoice, Packing-list);

15.2.1.1. Para cada parcela liquidada, será pago pela Contratante à Instituição Financeira que realizará a operação de contratação cambial, comissão bancária sobre o valor da operação a se realizar.

15.2.1.2. Para efetivação do pagamento, será realizada a modalidade "Remessa sem Saque".

15.2.2. À Contratada brasileira que apresentar sua proposta em moeda estrangeira terá seu pagamento efetuado em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente, PTAX, fornecida pelo Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br), utilizada no momento da contratação de câmbio junto à instituição financeira para fins de emissão da ordem bancária.

15.2.2.1. Para tal, far-se-á necessária a apresentação de uma nova Nota Fiscal Complementar contemplando a diferença decorrente da variação cambial a maior. Na hipótese de o câmbio estar a menor, será necessária a glosa do valor.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 2 % (dois por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

17.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

17.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

17.2.2. seguro-garantia;

17.2.3. fiança bancária.

17.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

17.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

17.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

18. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

18.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

18.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

18.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

18.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

18.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

18.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

18.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

18.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos.

18.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

18.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

18.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. cometer fraude fiscal;

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

ii. **Multa:**

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - a. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

iii. **suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv. **impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

19.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

20.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 41.851.521,40 (quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil quinhentos e vinte e um reais e quarenta centavos)**, sendo que o custo da contratação somente para Unidade Gestora (200334) Gerenciadora do Certame é de **R\$ 24.192.270,92 (vinte e quatro milhões, cento e noventa e dois mil duzentos e setenta reais e noventa e dois centavos)**.

21. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

21.1. **Adotando-se o Sistema de Registro de Preços - SRP**, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

22. **ANEXOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

22.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

- 22.1.1. Anexo I: Especificações Técnicas;
- 22.1.2. Anexo II: Teste de Usabilidade; e
- 22.1.3. Anexo III: Ficha do Avaliador - Testes de Ajuste do Colete ao Corpo e Testes Funcionais.

Equipe de Planejamento da Contratação

JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ
SIAPE: 1557927

ANGÉLICA DUARTE DE AGUIAR
SIAPE nº 3476068

JOSÉ RIBAMAR MOREIRA NETO
SIAPE nº 2151482

23. **DESPACHO DLOG/PF:**

23.1. **APROVO** o presente Termo de Referência e seus anexos por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como a estimativa de custos da contratação, conforme disposto no Art. 14, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

ANDRÉ VIANA ANDRADE
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística Policial
Ordenador de Despesas

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As seguintes especificações foram elaboradas após audição das áreas técnicas da Polícia Federal, elaborada com o objetivo de se detalhar tecnicamente o objeto da licitação.
- A presente demanda tem por objeto a aquisição de coletes balísticos novos, nível III-A [solução de painéis balísticos e capas discretas modulares, bem como as respectivas bolsas de transporte], visando utilização velada pelo efetivo da Polícia Federal, conforme condições, estimativas e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
- Cada colete deve ser acompanhado de informativo com instruções de uso, armazenamento, conservação e limpeza dos painéis balísticos e de suas capas discretas.

24. NORMAS TÉCNICAS DE REFERÊNCIA

- 24.1. [U.S. Department of Justice - Ballistic Resistance of Body Armor - NIJ Standard - 0101.06](#), datada de julho de 2008. Esta norma tem o propósito de estabelecer requisitos mínimos de performance e métodos de teste de resistência balística de coletes de uso pessoal com o objetivo de proteção contra projéteis de arma de fogo. Os coletes balísticos deverão ser submetidos aos ditames técnicos desta norma, em todos os aspectos, para fins de emissão de Termo de Recebimento Provisório, conforme consta no corpo do Termo de Referência ao qual este anexo faz parte.
- 24.2. ASTM E3003-15, *Standard Practice for Body Armor Wearer Measurement and Fitting of Armor*, ASTM International, West Conshohocken, PA, 2015, www.astm.org. Esta norma fornece orientação de medição e ajuste para armadura balística ou resistente a facadas, ou ambas, cobrindo o torso.
- 24.3. ASTM D5034-09(2017), *Standard Test Method for Breaking Strength and Elongation of Textile Fabrics (Grab Test)*, ASTM International, West Conshohocken, PA, 2017, www.astm.org. Este método de teste abrange os procedimentos de teste "Grab" para determinar a força de ruptura e o alongamento da maioria dos tecidos têxteis.
- 24.4. MIL-SPEC-AA-55126C. <http://everyspec.com/> - Descrição Técnica de velcros sintéticos.

25. PAINÉIS BALÍSTICOS

- 25.1. Os painéis balísticos, sendo um frontal e outro dorsal, deverão possuir o nível de proteção balística III-A e ser confeccionados com compostos de material leve e resistente às intempéries do uso, de modo a garantir a proteção aliada ao conforto no uso cotidiano dos policiais federais.
- 25.2. Os painéis balísticos, frontal e dorsal, deverão possuir nas duas camadas mais externas numeração de série.
- 25.3. Os painéis balísticos, frontal e dorsal, deverão ser recobertos por invólucro com ação hidrorrepelente na parte externa, sendo 100% impermeável. O arremate do fechamento do invólucro deverá ser feito através de termofusão sem costura, ou tecnologia similar, desde que fique totalmente vedado, de modo a garantir a completa impermeabilidade dos painéis balísticos.
- 25.4. A área de proteção está ligada ao corte e ao formato dos painéis balísticos. A partir do uso de coletes balísticos ao longo dos anos, convergiu-se para um corte que vem a ser o mais adequado para o uso policial, no qual, por exemplo, a parte frontal nas regiões próximas às axilas é mais cavada para permitir melhor mobilidade e empunhadura da arma. Também deve-se garantir o livre acesso ao punho da arma da Policial caso esta esteja coldreada na altura da cintura. Essas adaptações agregam proteção e mobilidade aos policiais e consequentemente incentivam o uso do colete por mais tempo e com maior frequência.
- 25.5. Os valores lineares específicos de medidas dos painéis ficarão a cargo da empresa vencedora, sendo apresentado apenas um formato padrão, que também pode ser flexibilizado pela empresa vencedora com vistas a melhorar a mobilidade e empunhadura, bem como a obtenção da redução de peso. Tais medidas devem obedecer as áreas mínimas e máximas de proteção estipuladas na **NIJ 0101.06**, tal que mantenham a proteção aos órgãos vitais.
- 25.6. Os fabricantes poderão optar por fornecer coletes para os policiais:
- 25.6.1. do sexo masculino - modelo masculino ou modelo unissex; e
- 25.6.2. do sexo feminino - modelo feminino (sem bojo) ou modelo unissex.
- 25.7. Todos os modelos de colete devem estar em conformidade com os requisitos avaliados pelo Exército Brasileiro, conforme [Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD](#) - Ministério da Defesa.
- 25.8. A Polícia Federal fornecerá base de dados com as dimensões corpóreas de seus policiais à empresa vencedora, sendo que esta deverá compatibilizar os tamanhos adequados e fornecer os coletes compatíveis com estas medidas, utilizando no que couber, como referência, a norma ASTM- E3003-15.
- 25.9. No Recebimento Provisório deverá ser apresentada as características descritas neste documento por meio de laudos laboratoriais, que deverão ser entregues à equipe da Polícia Federal na Fábrica da empresa, a saber:
- 25.10. comprovação que os tamanhos dos painéis balísticos foram produzidos conforme norma ASTM - E3003-15.

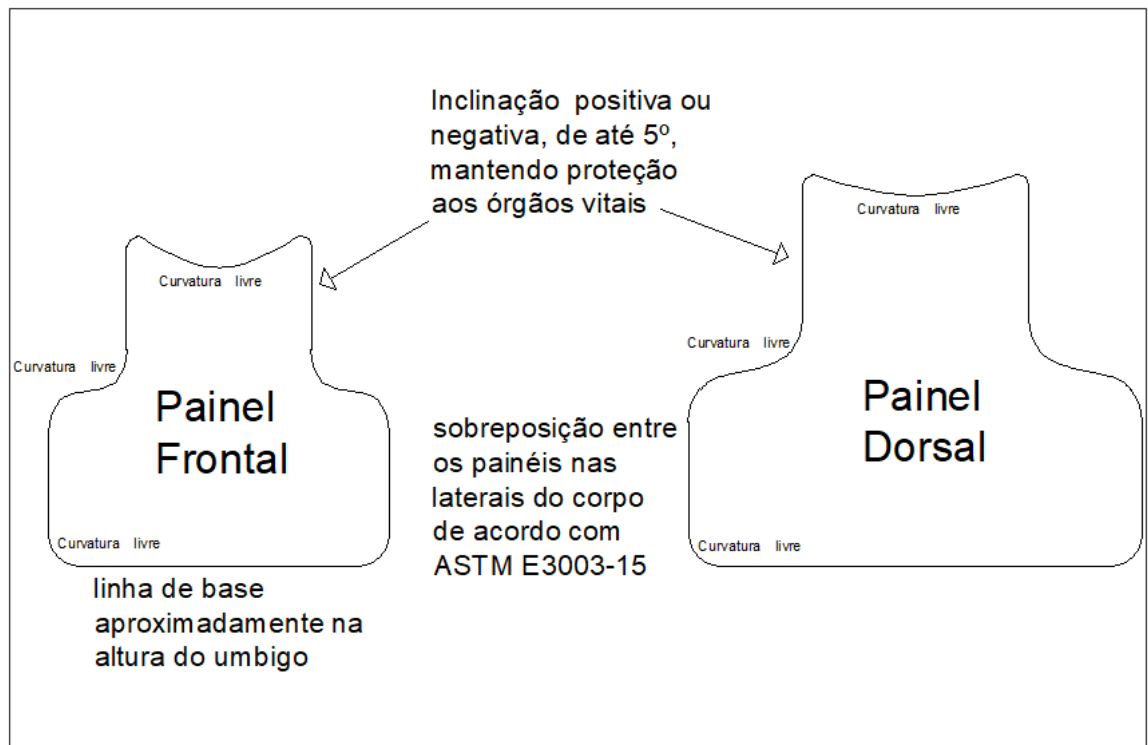


Figura 1 - Geometria mínima dos painéis balísticos.

26. CAPAS DISCRETAS (EXTERNAS)

26.1. As capas devem oferecer um adequado ajuste ao corpo, de forma a não comprometer nenhuma área de proteção, otimizando a relação existente entre resistência e comodidade de uso, com liberdade para movimentos.

26.2. As capas externas deverão ter o formato compatível com os painéis balísticos e seus invólucros, tais que estes possam ser acondicionados nas respectivas capas. Deverão ser de tecido leve e resistente às intempéries do uso, de modo a garantir conforto e usabilidade dos policiais federais. Devem ser na cor preta de textura opaca.

26.2.1. As capas discretas devem permitir regulagens e ajustes independentes, apresentando, sistemas independentes de ajuste por meio de elásticos com tiras para a altura (ombros) com largura máxima de 50 mm (cinquenta milímetros) cada, bem como permitir ajustes para largura (cintura). Os fechos de contato devem ser resistentes, de fácil manuseio, e preferencialmente conter um ponto fixo para facilitar o processo de colocação (evitar configurações do tipo tiras soltas e com velcros laterais, os quais permitem se soltar dos dois lados da vestimenta). O ajuste deve ser apenas por meio de elástico, não sendo permitido presilhas, ganchos, argolas, ou outros tipos de acessórios para ajuste.

26.2.2. O fechos de contato devem permitir que um policial consiga vestir e retirar sozinho seu colete. Para fechamento das abas será utilizada faixa adesiva (tipo velcro) na cor preta, macho e fêmea.

26.3. Deverão possuir na extensão interna, tecido respirável espaçador, que propicie conforto térmico, como exemplo a confecção em malharia 3D, confecção em furos, *Spacer Air Mesh* ou similar de mesma qualidade. Esse tecido visa prover ventilação por meio de gerenciamento de temperatura corporal. Serão dotadas também, internamente, de tratamento antimicrobial (padrão ISO ou AATCC).

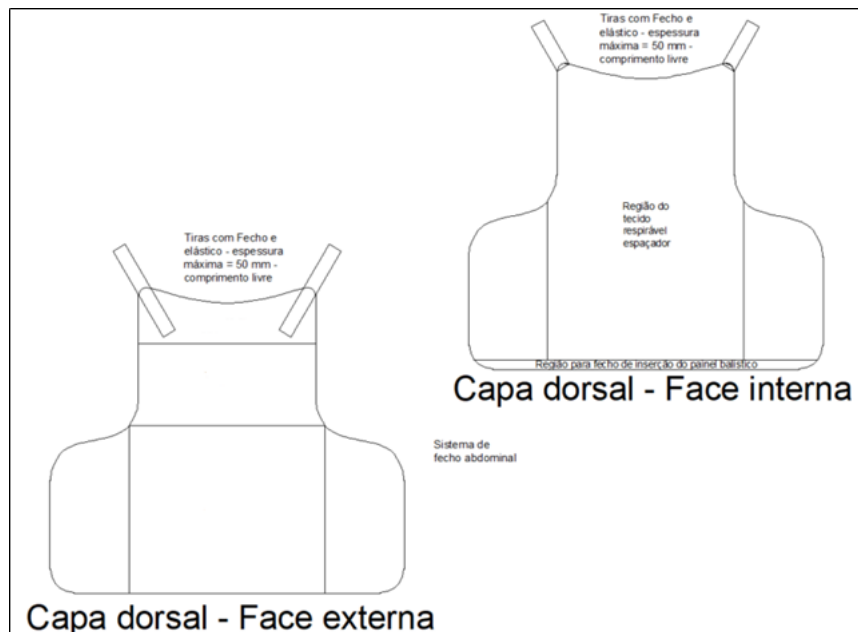


Figura 2 - Capa externa.

26.4. Deverá ser colocada identificação do órgão, em etiqueta discreta, na face interna, conforme modelo a seguir:



Figura 3 - Etiqueta de Identificação Discreta.

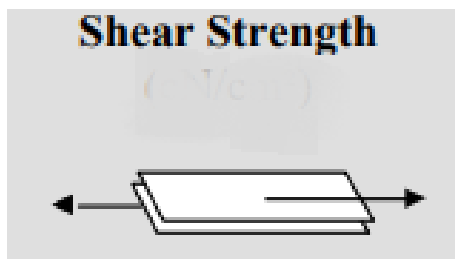
26.5. Ao licitante vencedor da fase de lances caberá comprovação das características descritas neste documento por meio de laudos laboratoriais, que deverão ser enviados junto com a proposta de preços, a saber:

26.5.1. comprovação que as capas externas possuem tecido respirável espaçador, que propicie conforto térmico, como exemplo a confecção em malharia 3D, confecção em furos, *Spacer Air Mesh* ou similar de mesma qualidade;

26.5.2. comprovação que o tecido da capa externa possui resistência à tração (trama e urdume) [segundo a norma ASTM D5034 - Grab (Método padrão de teste para resistência e alongamento de tecidos têxteis)], com valores mínimos equivalentes ao tecido do tipo Cordura 300 ou similar.

26.5.3. comprovação que as tiras de fechamento (tipo similar ao velcro) atendam à norma MIL-SPEC-AA-55126C, com os valores (médios) mínimos de **8,0 PSI** (Shear*) e de **1,0 PIW** (Peel **), e pelo menos 1.000 ciclos abre e fecha de vida útil.

**Força Shear Strength – Força em Libras por polegada quadrada necessária para abrir um fecho. As tiras fixadas são puxadas em direções opostas. A força “Shear” padrão é medida pela direção linear. (PSI)*



***Força Peel Strength – Força em Libras por polegada de largura necessária para abrir um fecho. As tiras fixadas são puxadas em direções opostas e a força “Peel” necessária medida. (PIW)*



26.5.4. Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, relativo à solução balística em questão e/ou publicação em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html".

26.6. Deverão ser dotadas também, internamente, de aberturas horizontais para permitir a inserção e a remoção dos painéis balísticos com facilidade.

26.7. O não envio, o envio de documentação incompleta, ou não atendimento aos padrões mínimos incorrerá em desclassificação da empresa.

27. BOLSA PARA TRANSPORTE

27.1. Para cada colete deverá ser confeccionada uma bolsa de transporte na cor preta, de acordo com o tamanho do colete, conforme modelo abaixo.

27.2. As bolsas de transporte deverão ser fornecidas nas mesmas quantidades e em tamanhos compatíveis, tal que seja possível armazenar os referidos coletes.

27.3. A abertura para inserção e retirada dos coletes deve ser por fecho-eclair de poliamida, dispondo de 2 (dois) cursores em sua extensão.

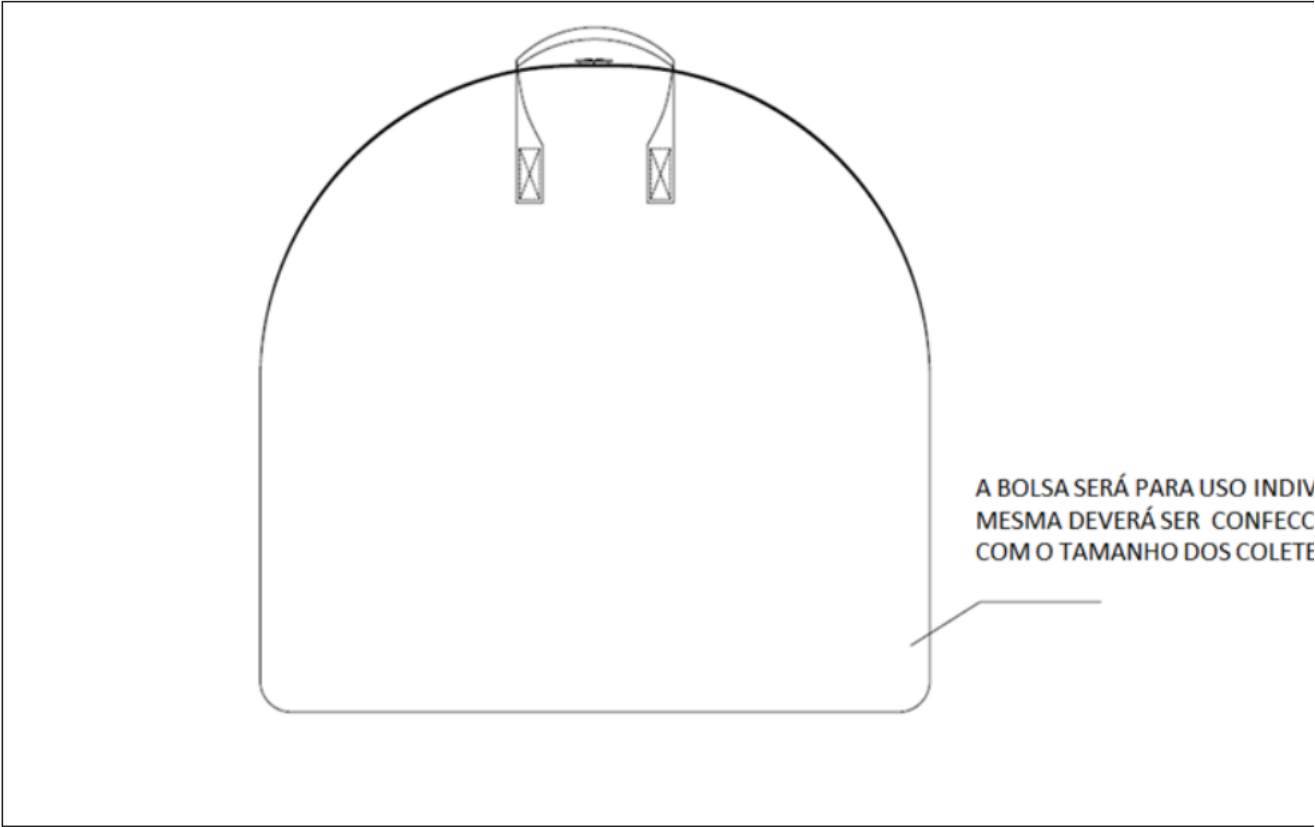


Figura 3 - Geometria das bolsas de transporte.

28. **MASSA DOS COLETES E ESPESSURA DA CAPA INTERNA**

28.1. A massa máxima para fins de habilitação dos coletes balísticos III-A, contando com os painéis balísticos e seus respectivos invólucros, bem como a capa discreta externa, ou seja, a massa total de conjunto, deve estar de acordo com as referências da tabela abaixo, com tolerância de ±5% (mais ou menos cinco por cento).

Tabela 2 - Massas totais de máximas dos coletes conforme tamanhos de referência

TAMANHO DE REFERÊNCIA	Massa Limite Máxima (Kg)
PP	1,600
P	1,800
M	2,000
G	2,200

- 28.1.1. Deverão ser fabricados pelo menos oito (08) tamanhos com base de dados de medidas dos policiais fornecida, respeitando os limites de massa máxima.
- 28.1.2. Independentemente da nomenclatura utilizada pelo fabricante, a massa total máxima para os coletes ofertados, não poderá, em nenhuma hipótese, ser superior a 2,310 Kg (dois quilogramas e trezentos e dez miligramas) com ± 5% (mais ou menos cinco por cento) de tolerância.
- 28.2. Para a espessura serão medidos 4 pontos do colete balístico de uso velado: SUPERIOR (na gola, entre as duas alças), INFERIOR (no meio) e as DUAS LATERAIS (altura das axilas), como mostra a figura abaixo:

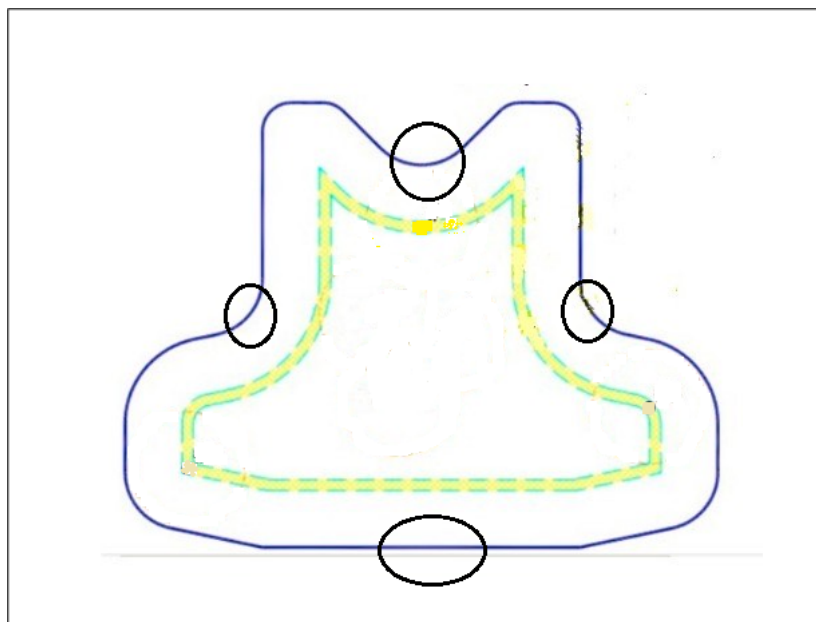


Figura 4 - Pontos de mensuração da espessura.

28.3. A espessura máxima do material balístico, incluindo o invólucro, deve ser de no máximo 12,00 mm (doze milímetros) em cada um dos pontos medidos, com tolerância da medida de $\pm 5\%$ (mais ou menos cinco por cento).

28.4. Chegou-se a estes limites máximos por comparações feitas entre os modelos entregues à equipe de modo a não limitar o mercado, estudos em coletes de fabricação nacional e estrangeira, bem como consulta à editais de objeto semelhante, permitindo que os fornecedores possam competir no certame e, simultaneamente, reduzir ao máximo o peso e a espessura dos coletes para que o objeto fique adequado às necessidades dos policiais.

ANEXO II TESTE DE USABILIDADE

1. TESTES TIPO "A"

1.1. O teste tipo "A" é o TESTES DE AJUSTE DO COLETE AO CORPO. Este teste tem como objetivo verificar o ajuste do colete ao corpo do policial federal ao permanecer de pé ou sentado em posição estática ou com movimentação de membros superiores, inferiores e tronco ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4 apresentadas no instrumento de avaliação anexo):

- 1.1.1. Ajuste do colete na altura do pescoço quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).
- 1.1.2. Ajuste do colete na região lateral/axilar quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).
- 1.1.3. Ajuste do colete na área do ombro quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).
- 1.1.4. Ajuste do colete na área peitoral quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).
- 1.1.5. Ajuste do colete na área da cintura quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).
- 1.1.6. Comprimento total do colete quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).

2. TESTES TIPO "B"

2.1. Este teste tem como objetivo verificar a capacidade de o policial federal realizar tarefas típicas de sua profissão sem restrição de amplitude articular quando estiver trajando o colete balístico:

- 2.1.1. Sacar, simular disparo em alvo à frente com pistola portando coldre velado e coldrear arma de fogo.
- 2.2.2. Colocar, retirar e ajustar calçado trajando o colete.
- 2.2.3. Embarcar em viatura no banco dianteiro ou traseiro, colocar cinto de segurança, acessar comandos de painel do automóvel, retirar o cinto de segurança e desembarcar da viatura.
- 2.2.4. Executar busca pessoal.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO PARA OS CRITÉRIOS DE AJUSTE DO COLETE AO CORPO E FUNCIONALIDADE (TESTES TIPO "A" E "B")

- 3.1. A avaliação nas amostras dos coletes balísticos será realizada por 10 (dez) Policiais Federais com no mínimo 4 (quatro) anos de exercício profissional escolhidos pela Academia Nacional de Polícia que realizam testes caracterizados por posicionamentos e tarefas típicas da profissão policial.
- 3.2. As amostras fornecidas devem ter indicação da estatura e/ou dimensão corporal para as quais o colete é apropriado. Por exemplo, o tamanho M do colete é indicado para indivíduos com estatura de 1,70 m a 1,80 m.
- 3.3. Cada atividade relacionadas aos Testes A e B serão executadas quantas vezes o policial julgar necessário para indicar a pontuação do colete na Escala Likert.
- 3.4. O material disponibilizado para o teste deve vir sem identificação de marca do fabricante.
- 3.5. Outras empresas poderão assistir aos testes que serão realizados nas amostras, a menos que haja algum impedimento infortuno de comoção nacional/internacional.
- 3.6. Os procedimentos relacionados aos testes serão comandados pelos coordenadores/professores das disciplinas do eixo operacional da Academia Nacional de Polícia.
- 3.7. Dois servidores lotados na DPC/CGPLAM/DLOG/PF ficarão responsáveis pela seleção do colete ao policial federal/avaliador, conforme as medidas encaminhadas pela Empresa, de acordo com a estatura e compleição dos mesmos.
- 3.8. Os posicionamentos e tarefas elencados como testes serão pontuados conforme as escalas Likert abaixo:

3.8.1. Testes tipo "A":

- Veste muito mal (1);
- Veste mal (2);
- Regular (3);
- Veste bem (4); e
- Veste muito bem (5).

3.8.2. Teste tipo "B":

- Muito difícil de executar (1);
- Difícil de executar (2);
- Indiferente ao executar (3);
- Fácil de executar (4); e
- Muito fácil de executar (5).

3.9. A nota de teste (NT) será a média aritmética das notas atribuídas pelos avaliadores a cada um dos testes tipo "A" e "B". Por exemplo, a nota do teste "A1" (Item 1.1.1) será a média aritmética da nota atribuída por todos os avaliadores neste item.

3.10. A nota final do colete (NF) será a média aritmética de todas as NTs.

3.11. O colete será desclassificado caso apresente NT inferior a 3,0 pontos em qualquer um dos testes tipo "A" ou "B" ou apresentar NF inferior a 3,5 pontos.

3.12. As fichas de avaliação que serão utilizadas apresentam-se na forma do Anexo IV.

ANEXO III
FICHA DO AVALIADOR - TESTES DE AJUSTE DO COLETE AO CORPO E TESTES FUNCIONAIS

Matrícula do Avaliador _____ Estatura ____ Peso ____ Tempo de serviço ____ Tamanho do Colete _____ Data ____/____/____

Item	Ajuste	Veste muito mal (1)	Veste Mal (2)	Regular (3)	Veste bem (4)	Veste muito bem (5)
A1	Ajuste do colete na altura do pescoço quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).	O	O	O	O	O
A2	Ajuste do colete na região lateral/axilar quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).	O	O	O	O	O
A3	Ajuste do colete na área do ombro quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).	O	O	O	O	O
A4	Ajuste do colete na área peitoral quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).	O	O	O	O	O
A5	Ajuste do colete na área da cintura quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado, movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).	O	O	O	O	O
A6	Comprimento total do colete quando o policial estiver em pé parado e/ou sentado movimentando membros superiores, membros inferiores e tronco livremente ou executando as posições básicas de armamento e tiro (posições 1, 2, 3 e 4).	O	O	O	O	O

Item	Ações	Muito difícil de executar (1)	Difícil de Executar (2)	Regular (3)	Fácil de executar (4)	Muito fácil de executar (5)
B1	Sacar, simular disparo em alvo à frente com pistola portando coldre velado e coldrear arma de fogo.	O	O	O	O	O
B2	Colocar, retirar e ajustar calçado trajando o colete.	O	O	O	O	O
B3	Embarcar em viatura no banco dianteiro ou traseiro, colocar cinto de segurança, acessar comandos de painel do automóvel, retirar o cinto de segurança e desembarcar da viatura.	O	O	O	O	O
B4	Executar busca pessoal.	O	O	O	O	O



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 02/06/2022, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE RIBAMAR MOREIRA NETO, Agente Administrativo(a)**, em 02/06/2022, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANGELICA DUARTE DE AGUIAR, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 02/06/2022, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 02/06/2022, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23550633** e o código CRC **C9EA604E**.